



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

**Computador e Internet na realidade das escolas do campo do
município de Planaltina de Goiás**

Vitor Coelho dos Santos

Planaltina – DF

Julho/2013

Vitor Coelho dos Santos

**Computador e Internet na realidade das escolas do campo do
município de Planaltina de Goiás**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências da Vida e da Natureza e Matemática.

Orientadora: Prof.^a Mestra Wanessa de Castro

Planaltina – DF

Julho/2013

Dedicatória

Dedico este trabalho, a todos os educadores que contribuíram na minha formação, aos meus familiares que sempre me apoiaram e estiveram presentes nas minhas conquistas e dificuldades. A todos que lutam e acreditam que é possível construir uma sociedade mais justa, mais igualitária e acreditam na educação como um instrumento para a libertação.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e pelas conquistas.

Aos meus pais, que são a minha motivação de não desistir diante dos obstáculos.

A Ivandice, minha companheira de hoje e sempre, pela paciência e incentivo para que eu continue sempre lutando em busca dos meus ideais.

A minha família, que é o pilar que sustenta minha vida.

Aos meus irmãos, Gideão, Jaci, Moisés e Roneci pelos momentos de descontração, de estudo, debates de textos e as brincadeiras, momentos esses, que fizeram parte de quatro anos da minha formação na LEdoC.

A Wanessa, minha orientadora que me guiou para que conseguisse realizar esse trabalho, fazendo com que me interessasse cada vez mais pelo tema a ser pesquisado.

Aos educadores Márcio Ferreira e Mônica Molina, que compuseram a banca de qualificação do projeto de pesquisa.

Aos os educadores Márcio Ferreira e Susanne Maciel que compõem a banca de defesa desse trabalho.

Às escolas e seus respectivos gestores, que contribuíram significativamente na realização das discussões, as quais originaram a construção dessa pesquisa.

Por fim a todos os educandos, educadores, coordenadores e equipe da secretaria da LEdoC que contribuíram e auxiliaram durante todo o período da minha formação.

Pensamentos

*“A transformação social se torna possível
quando percebermos o quão grande é a nossa missão
como educadores do campo”.*

(Vitor Coelho)

*“A educação é uma semente e cabe ao educador cultivá-la
para que a sociedade possa colher os seus frutos”.*

(Vitor Coelho)

*“Ser educador do campo é uma virtude daqueles
que veem na educação a possibilidade
de transformação de uma sociedade”.*

(Vitor coelho)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tentou realizar uma discussão acerca do uso do computador e Internet na educação, principalmente na realidade das escolas do campo do município de Planaltina-GO. Um ponto importante ligado a esta temática é a formação continuada dos educadores para que estes possam articular essas tecnologias com o processo de ensino-aprendizagem. Construir uma educação que leve em consideração a realidade dos sujeitos envolvidos é um grande desafio, assim como a implantação de políticas públicas de inclusão digital nas escolas do campo. Assim, este estudo buscou compreender como as escolas do campo estão inseridas nesse processo de avanço tecnológico, como as políticas públicas de inclusão digital estão sendo implantadas nessas escolas e se os educadores estão sendo preparados para articular o computador e a Internet no seu trabalho pedagógico. Outro ponto importante foi analisar se o Programa Nacional de Informática na Educação atingiu seus objetivos e discutir junto aos gestores, que elementos dificultam ou impedem o uso do computador em processos educativos nas suas respectivas escolas. Em linhas gerais, a pesquisa nos mostrou que existem escolas sem gestão própria, o que gera deficiências pela falta de articuladores pedagógicos e institucionais; ausência ou deficiência de políticas públicas de inclusão digital para os povos do campo; falta de formação docente para uso do computador e Internet nos processos educativos; desconhecimento, por parte dos gestores, de projetos e programas do Governo Federal que possam beneficiar as escolas do campo; precariedade das escolas do campo em termos de infraestrutura, de comunicação e de inovação nos materiais didático-pedagógico; e carência de profissionais capacitados para realizar a manutenção das máquinas e do laboratório de informática.

Palavras-chave: Computador e Internet; Educação do Campo; PROINFO; Trabalho Pedagógico.

Lista de Siglas

CDI	Comitê para Democratização da Informática
CIEMA	Ciências da Natureza e Matemática
CTI	Comunicação e Tecnologias da Informação
FUP	Faculdade UnB Planaltina
LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
PDA	Projeto de Desenvolvimento do Assentamento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
TC	Tempo Comunidade
TE	Tempo Escola
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	11
1.1. Contexto.....	11
1.2. Procedimentos metodológicos	13
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO	15
2.1. Licenciatura em Educação do Campo.....	16
2.1.1. Formação por área do conhecimento (CIEMA.....	20
3. COMPUTADOR, INTERNET E TRABALHO PEDAGÓGICO	22
3.1. O uso do Computador e da Internet na Educação	22
3.2. A formação do professor para educação mediada por computador	24
3.3. A utilização de computador e Internet por escolas do campo	25
4. PROINFO	28
RESULTADOS E ANÁLISES	33
CONCLUSÕES	38
ANEXO	43

INTRODUÇÃO

As comunidades do campo no Brasil sempre foram “esquecidas” quando se fala em políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento e sustentabilidade. Entretanto, desde o final do Século XX os movimentos sociais do campo iniciaram diversos processos de reivindicação de garantia de seus direitos, o que também incluíam os direitos por uma educação voltada às especificidades da vida no campo. No seio desses processos estava a luta por uma educação básica do campo, voltada ao campo, pensada e concretizada no e para o campo. Até esse momento, toda educação desenvolvida nas escolas rurais era mera reprodução daquela pensada para as escolas urbanas.

Em 1998, foi instituído o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, programa este que representa uma parceria estratégica entre Governo Federal, instituições de ensino superior e movimentos sociais do campo para elevação de escolaridade de jovens e adultos em áreas de reforma agrária e formação de professores para as escolas localizadas em assentamentos (BRASÍLIA, 2007, p. 15).

No início do século seguinte algumas ações governamentais passaram a mudar esse quadro, a partir do estabelecimento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002, pelo Conselho Nacional de Educação. Dessa ação em diante, várias outras foram e estão sendo desencadeadas de modo que, a passos lentos, as comunidades campesinas começam a ter suas reivindicações atendidas: possibilidade de calendário diferenciado por causa dos períodos agrícolas de plantio e colheita; reconhecimento da importância das culturas tradicionais e locais na educação; cursos de formação para professores do campo ofertados pelo MEC; dentre outras. Ainda são muitas as demandas, mas aos poucos, essas vão entrando na pauta de discussões.

Uma demanda antiga é a produção de materiais e livros didáticos de acordo com as especificidades e necessidades locais e regionais. Outra reivindicação é a de instalação de laboratórios de informática com conexão à Internet nas próprias escolas do campo e formação docente para uso destes. Infelizmente, poucas são as escolas que receberam, até o momento, laboratórios do chamado Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO.

O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC (mais especificamente do computador e Internet) na educação tem possibilitado atender às demandas mais específicas das comunidades/escolas, sejam elas rurais ou urbanas, pois permite a utilização e produção de materiais mais contextualizados, pensados a partir das culturas locais.

Tal realidade nos despertou interesse em investigar, junto aos gestores escolares, que elementos dificultam ou impedem o uso do computador em processos educativos nas escolas do campo de Planaltina-GO.

A temática do computador e a Internet na realidade do campo foi abordada na disciplina de Comunicação e Tecnologia da Informação (CTI) da Licenciatura em Educação do Campo da UnB – LEdoC-UnB e logo nos despertou o interesse em pesquisa-lo no intuito de aprofundar nos estudos de alguns conceitos que norteiam e ajudam a compreender como essas tecnologias podem contribuir para o desenvolvimento das comunidades campesinas.

A área de conhecimento denominada Comunicação e Tecnologias da Informação (CTI) (proposta para as turmas da LEdoC) busca, dentre outras coisas, suscitar esse comportamento analítico. A produção de conhecimento necessita de uma postura humana de olhar o mundo de outra forma e não se satisfazer com as evidências. Por isso, discute-se em CTI a necessidade de um pensar cuidadoso e um estar mais atento aos usos das tecnologias de informação e comunicação.

Na expectativa de transformação social das comunidades rurais, é importante analisar os fatores que são determinantes para o desenvolvimento desse processo, principalmente por estarem em áreas que historicamente são vistas como meros lugares de produção agrícola.

Este estudo pretende aprofundar nas bases teóricas que abordam os processos educativos que são mediatizados pelas TIC, em especial computador e Internet. Com pesquisas que visam identificar os potenciais das comunidades do campo, começamos a mostrar uma realidade que muitas vezes chega às pessoas da cidade de forma distorcida, e diante disso mostrarmos o potencial do campo como um lugar de muitas possibilidades, sobretudo de produção de conhecimentos.

1. METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa, segundo Bortoni-Ricardo, procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto (2008, p. 34).

Godoy (1995, apud NEVES, 1996, p. 1) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber:

- I. o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- II. o caráter descritivo;
- III. o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- IV. enfoque indutivo.

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado. O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados (MANNING, 1979, p.668 apud NEVES, 1996).

De certo modo, os métodos qualitativos se assemelham a procedimentos de interpretação dos fenômenos que empregamos no nosso dia-a-dia, que têm a mesma natureza dos dados que o pesquisador qualitativo emprega em sua pesquisa. Tanto em um como em outro caso, trata-se de dados simbólicos, situados em determinado contexto, revelam parte da realidade ao mesmo tempo que escondem outra parte (NEVES, 1996).

1.1. Contexto

O Município de Planaltina foi criado pela Lei nº. 52 de 19 de março de 1891 e faz divisa com o Distrito Federal e os municípios de Água Fria de Goiás, Formosa, Mimoso de Goiás e Padre Bernardo. Está dividido administrativamente em três distritos: Distrito Sede, Distrito de São Gabriel de Goiás e Distrito de Córrego Rico. O município está inserido na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno RIDE, distando 54 km de Brasília e 262 km de Goiânia, tendo maior ligação com o Distrito Federal do que com sua capital estadual. (PDA Itaúna, 2008).

Em sua área rural estão localizados 05 assentamentos de reforma agrária e em seus núcleos rurais (povoados) localizam-se 11 escolas de ensino fundamental com, aproximadamente, 1200 estudantes. Essas comunidades muitas vezes, estão localizadas em regiões com grande necessidade de recursos por estarem afastadas da sede do município e principalmente da capital do estado, Goiânia. A deficiência de recursos, principalmente com relação à infraestrutura (estradas, pontes, energia elétrica) e com relação à saúde e educação, interfere diretamente na qualidade de vida dos agricultores de modo a influenciar no êxodo rural.

A Licenciatura em Educação do Campo, enquanto instrumento contra hegemônico, proporciona com essa pesquisa, conhecer e analisar de forma crítica, fatores que podem ser relevantes na qualidade da educação. Dentre esses fatores está o que apresenta nesta pesquisa que é o uso do computador e da Internet como instrumentos para melhoria do trabalho pedagógico e do processo educativo.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial computador e Internet, estão cada vez mais, sendo inseridas na realidade das escolas brasileiras, por esta razão,

É necessário também, entre outras coisas, tomar medidas que preparem a sociedade, e em especial os jovens, para as transformações que estão acontecendo e as que vão ocorrer em decorrência da introdução maciça do computador na sociedade brasileira. E é aqui que a educação tem um papel a desempenhar (CHAVES, 1988, p.1).

Porém, faz-se necessário construir uma ligação entre a inovação tecnológica e educação no contexto das escolas do campo. Para os educadores do campo o uso do computador na educação passa a ser um instrumento capaz de auxiliá-los na dinamização do trabalho pedagógico otimizando a compreensão e assimilação dos conteúdos, em que a busca pelo conhecimento não se limita apenas aos livros didáticos, e que o computador e a Internet possam proporcionar metodologias inovadoras na área da educação, e inclusão digital dos educandos.

Para concretizar a introdução do computador e da Internet na educação de modo qualitativo é necessária, inicialmente, uma boa formação dos educadores para que tenham domínio das ferramentas que os auxiliarão em suas práticas educativas.

A partir desse quadro surgiu o interesse em **investigar, junto aos gestores, que elementos dificultam ou impedem o uso do computador em processos**

educativos nas escolas do campo de Planaltina-GO. Para o alcance desse **objetivo geral da pesquisa**, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar quais escolas do campo do município de Planaltina de Goiás já receberam laboratórios de informática;
- Investigar se o PROINFO atingiu seus objetivos nas escolas do campo do município de Planaltina de Goiás;
- Verificar de que modo o laboratório está sendo utilizado e, se não estiver sendo utilizado, identificar as razões.

1.2. Procedimentos metodológicos

Este trabalho de pesquisa é de cunho qualitativo adotando para coleta de dados questões estruturadas fechadas e abertas, podendo dessa forma, estimular os entrevistados a pensarem e se interessarem sobre a temática. Para Alves-Mazzotti (2001), a pesquisa qualitativa é fundamentada em interpretação dos significados dos dados coletados, em que o pesquisador por sua vez, utiliza de métodos múltiplos onde é valorizado o caráter interativo e humanístico.

As pesquisas qualitativas seguem uma tradição compreensiva ou interpretativa, significando que partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores, de modo que seu comportamento não se dá a conhecer de modo imediato, mas precisa ser desvelado (CRESWELL, 2007). Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada ocorreu através de momentos em que podem ser percebidos diversos fatores que podem oferecer tanto uma mudança, como também uma refinação à medida que o pesquisador fica sabendo o que perguntar como perguntar e para quem fazer as perguntas.

Uma das características da pesquisa qualitativa e do estudo de caso é o contato direto do entrevistador com o público a ser entrevistado, gerando um cenário natural onde pode ocorrer a pesquisa, que nesse caso foi nas escolas do campo de Planaltina de Goiás. E esse contato me levou a um conhecimento real sobre o local e as pessoas, gerando um grande envolvimento com os participantes. Mas, ao longo de uma coleta de dados às coisas podem mudar, à medida que as portas se abrem e fecham, ficando ao cargo do pesquisador saber como, e quais os melhores lugares para identificar o fenômeno principal da pesquisa.

Alves-Mazzotti (2001), ainda afirma que os dados de uma pesquisa qualitativa são analisados por uma lente pessoal do pesquisador e, por causa disso, não tem como evitar as opiniões interpretativas em análise de dados qualitativos. O resultado e o porquê de uma pesquisa qualitativa ser ampla são justamente porque o pesquisador olha os fenômenos sociais por uma visão conjunta, ou seja: por sua totalidade, pois quanto mais complexidade, e interatividade na descrição qualitativa, melhor será o estudo.

A pesquisa geradora das reflexões trazidas neste trabalho tem como objeto de estudo as escolas do campo e o PROINFO como política pública para desenvolvimento dos processos educacionais a partir da inclusão digital nas escolas do campo. Os dados coletados foram sistematizados e analisados de modo a construir uma ação de diálogo com um posicionamento crítico e reflexivo, com base nas teorias apresentadas.

Para embasar a pesquisa ora proposta julgamos ser importante trazer à luz discussões relativas a: Educação do Campo; Licenciatura em Educação do Campo; Formação por Área de Conhecimento (CIEMA); Computador, Internet e Trabalho Pedagógico; O Uso do Computador e da Internet na Educação; A Formação do Professor para Educação Mediada por Computador; A Utilização de Computador e Internet por Escolas do Campo; e PROINFO, conforme discussões a seguir:

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os caminhos da Educação Rural no Brasil iniciam-se na década de 1930 do paralelamente ao início da industrialização, que gerou um intenso processo de migração da população rural para as cidades, provocando um crescimento desordenado da população urbana, o que gerou grandes problemas principalmente de infraestrutura, o que é visível nos dias atuais.

A educação rural nasce marcada pelo discurso da modernização do campo e da necessidade de adaptar o camponês e suas práticas, o que para a elite burguesa da época seria sinônimo de atraso, e essa elite passou a criar estereótipos do camponês para passar a imagem de que o campo é um lugar de atraso ou apenas para produção agrícola. E atribuíram à escola a missão salvadora de fixar o homem no campo, onde essa seria o único local para se produzir conhecimentos, capazes de tornar uma pessoa civilizada, a fim de integrá-la atividades do meio dominante e a necessidade de enquadrar o homem do campo no sistema produtivo moderno. como afirma Fernando de Azevedo em um discurso proferido em 1933, onde deixa explícitas as ideias defendidas pelo movimento chamado ruralismo pedagógico.

A escola rural não se organizou ainda nem para elevar de 'nível' as populações do campo, civilizando-as, nem para fixá-las, integrando-as na sua região, dando-lhes o sentimento e o conhecimento direto das coisas ambientes e preparando-as para as atividades dominantes do meio (AZEVEDO, 1962, p.48).

A educação rural no Brasil contribuiu significativamente para a progressão das desigualdades sociais, assim como também no êxodo rural pelo discurso que deixa o camponês com uma imagem negativa de sua própria identidade, tornando-os alheios as próprias raízes camponesas, levando as cidades a um crescimento desordenado e conseqüentemente a grandes problemas sociais. E a escola cumpriu sua função social de exclusão, submissão o que ainda está muito presente na realidade das escolas atuais, mas para Helana de Freitas,

[...]ao longo da história da educação no meio rural, outras perspectivas foram emergindo em consequência do fortalecimento da organização social no campo a partir da década de 1950. As novas formas do fazer educativo traziam a marca da educação popular e de outra visão de mundo – que tem o camponês como sujeito do desenvolvimento e o campo como espaço de vida, de trabalho, de cultura –, onde esse sujeito encontra um sentido e a possibilidade de atualizar-se sem perder a essência da sua identidade. Essa

perspectiva foi a raiz da Educação do Campo[...] (FREITAS, 2011, p. 3).

A educação do campo é uma luta do povo camponês que veio consolidando-se ao longo dos anos. Por várias gerações o direito de produção do conhecimento a partir da escola foi estruturando-se de tal forma que apenas uma pequena parte da sociedade tinha acesso.

Os caminhos para a educação do campo estiveram abertos até o golpe militar de 1964, o que fez com que muitos movimentos de luta pelos direitos sociais fossem dizimados e várias pessoas foram reprimidas, através de exílio tortura e muitas foram até mortas. No entanto alguns movimentos mantiveram resistência à repressão principalmente aqueles ligados a igreja católica como as comunidades eclesiais de base (CEBs), comissão pastoral da terra (CPT) e o movimento sindical também se organizou criando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A partir do momento que se difunde as lutas sociais o acesso à educação também se torna prioridade dentro dos movimentos, que se organizaram e as conquistas também vieram gradativamente.

Uma das grandes conquistas dos movimentos sociais do campo foi à criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) que teve como objetivo inicial a alfabetização de jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. A partir desse avanço e de outras reivindicações dos movimentos sociais vieram outras conquistas como a formação técnica e em nível superior dos agricultores para atuarem em suas comunidades.

O conceito de Educação do Campo é novo. Tem menos de dez anos. Surgiu como denúncia e como mobilização organizada contra a situação atual do meio rural: situação de miséria crescente, de exclusão/expulsão das pessoas do campo; situação de desigualdades econômicas, sociais, que também são desigualdades educacionais, escolares. Seus sujeitos principais são as famílias e comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, atingidos por barragens, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, e muitos educadores e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo, articulados em torno de Movimentos Sociais e Sindicais, de universidades e de organizações não governamentais. Todos buscando alternativas para superar esta situação que desumaniza os povos do campo, mas também degrada a humanidade como um todo. (PPP, LEdoC, 2007).

2.1. Licenciatura em Educação do Campo

A Licenciatura em Educação do Campo é uma das maiores conquistas em consequência da luta dos movimentos sociais que vem como um instrumento para quebra de paradigmas. Levar a educação de qualidade às comunidades rurais é um grande desafio e começa com a formação dos próprios agricultores e filhos de agricultores para que possam ser agentes de transformação da realidade atuando em suas comunidades. Para isso é necessário que a universidade esteja preparada para dar suporte para uma produção de conhecimentos diferenciada, levando em consideração a deficiência histórica na qualidade de educação das escolas públicas brasileiras principalmente nas áreas rurais.

A LEdoC tem um papel fundamental para que camponeses possam ter acesso a uma produção de conhecimento que vai além da formação acadêmica, onde pode-se articular teoria e prática durante os tempos educativos (Tempo Escola – TE e Tempo Comunidade – TC). O curso está baseado em princípios que possibilitam a aprendizagem por meio das experiências, partindo da realidade de cada comunidade.

O objetivo do curso é formar e habilitar profissionais na educação fundamental e média que ainda não possuem a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor, quer estejam em exercício das funções docentes, ou atuando em outras atividades educativas não escolares junto às populações do campo. O curso tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola no seu entorno. (UnB, LEdoC, PPP, 2007).

Os graduandos, no decorrer do curso, devem escolher entre uma das duas áreas de conhecimento para sua habilitação: Ciências da Natureza e Matemática ou Linguagens. A habilitação de docentes por área de conhecimento (Ciências da Natureza e Matemática e Linguagens) amplia as possibilidades de oferta de uma Educação diferenciada, voltada para a realidade especialmente no que diz respeito ao Ensino Médio, pois nessa fase da vida escolar os jovens do campo precisam deslocar-se de suas comunidades para concluir o ensino médio nas cidades como afirma Molina.

Além do objetivo de ampliar as possibilidades de oferta da Educação Básica, há que se destacar a intencionalidade maior da formação por área de conhecimento de contribuir com a construção de processos capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e de produção de conhecimento no campo. A ruptura com as tradicionais

visões fragmentadas do processo de Produção de conhecimento, com a disciplinarização da complexa realidade socioeconômica do meio rural na atualidade, é um dos desafios postos à Educação do Campo. (MOLINA, 2009, p.186).

Dentre os princípios da Educação do campo destaca-se o reconhecimento e a valorização dos diferentes saberes, construídos pelos sujeitos do campo, a partir de sua história de vida, de seus valores culturais, de como se relacionam com a natureza, e as experiências e práticas de trabalho, que, em grande medida, vão construindo sua identidade. Outro princípio refere-se à necessidade de práticas educativas que contribuam com o processo de auto-organização dos educandos. Essas práticas desencadeiam processos que proporcionam a produção coletiva de trabalhos que são relevantes para os estudantes e comunidades e que propiciem o aprendizado dos mecanismos necessários à organização coletiva.

É importante *educar para a autonomia*, para que cada um encontre o seu próprio ritmo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, é importante *educar para a cooperação*, para aprender em grupo, para intercambiar ideias, participar de projetos, realizar pesquisas em conjunto. Só podemos educar para a autonomia, para a liberdade com autonomia e liberdade. Uma das tarefas mais urgentes é educar o educador para uma nova relação no processo de ensinar e aprender, mais aberta, participativa, respeitosa do ritmo de cada aluno, das habilidades específicas de cada um. (MORAN, 2009, p. 07).

Essa formação para a autonomia proporciona a percepção da importância de uma transformação social. E essa transformação envolve desde a percepção de mundo até a compreensão do papel do educador enquanto agente de contribuição para a transformação da realidade, e a compreensão de que a escola não é simplesmente um lugar onde temos obrigatoriamente que passar parte da nossa vida para se tornar “alguém no futuro”. É que esta na perspectiva hegemônica não tem o papel de formar para o futuro, pois a expectativa de um futuro começa com a percepção das contradições, do entendimento do que são os processos de luta, do que é ser sujeito do campo, objetivos que estão fora dessa formação fragmentada, individualista da visão capitalista. Visão essa que contribui para uma concepção de escola que não possui nenhum vínculo com a comunidade e que o papel dos pais na escola é basicamente buscar notas e ouvir reclamações dos filhos ao final de cada bimestre. E que apenas escola tem a missão de formar o ser humano em todas as dimensões.

A LEdoC propõe que não basta unicamente apropriar dos conceitos teóricos, se estes não forem articulados com as nossas práticas. Compreende-se que a escola é um instrumento fundamental na formação política e na organização coletiva das comunidades. E que reconhecer-se como sujeito do campo não é desqualificar-se enquanto ser humano, mas orgulhar-se de que é protagonista na construção de sua história. E que não é um curso apenas para formação superior, mas um grande avanço na construção e consolidação da luta no processo contra hegemônico, na perspectiva da transformação que também se faz através da organização e na ocupação dos espaços de produção do conhecimento científico pelos povos camponeses e que não há conquistas sem antes haver lutas.

Nesse sentido, a LEdoC de modo geral provou que é possível transformar a realidade, e que se aprende para a vida através da convivência coletiva de diferentes realidades que ao mesmo tempo possuem objetivos comuns. E aprende com as contradições existentes dentro do próprio grupo, aprendizagens que fazem com que essas sejam superadas.

Aprende que para a escola do campo não é necessário apenas fazer revolução estando dentro desta, mas ajudar na compreensão de que é necessária uma formação diferenciada, levando em consideração, a transdisciplinaridade e as contradições existentes dentro da instituição e que esta precisa ser construída a partir dos ideais das comunidades. Por essa razão estabeleceram-se para CTI uma ementa que tem como meta abordar: Diferentes teorias de aprendizagem e estratégias de aprendizagem. Construção de conhecimento e a espiral da aprendizagem que acontece no uso das TIC. Integração das diferentes tecnologias usadas na Educação. Novos papéis dos aprendizes e dos educadores em ambientes de aprendizagem baseados nas TIC. Impacto das TIC em diferentes contextos educacionais. Visão histórica das TIC na Educação. Sociedade da informação/conhecimento; Abordagem educacional das Novas Tecnologias de Informação, Comunicação e Expressão (NTICEs); O Uso social do computador e da internet; Usos comuns da Web: comunicar, comprar, aprender, ensinar, brincar; Pesquisa na Internet: importância das escolhas; Conta de e-mail: Endereço virtual; Espaços virtuais de aprendizagem e suas possibilidades educativas; Usos do computador e da Internet na educação.

2.1.1. Formação por área do conhecimento (CIEMA)

A formação de educadores por área do conhecimento amplia as oportunidades e as possibilidades de escolas do campo terem todos os níveis de escolaridade (ensino fundamental e ensino médio) nas próprias comunidades e com educadores que estão inseridos na realidade dos educandos.

Para Molina (2009), além do objetivo de ampliar as possibilidades de oferta da Educação Básica, há que se destacar a intencionalidade maior da formação por área de conhecimento de contribuir com a construção de processos capazes de desencadear mudanças na lógica de utilização e de produção de conhecimento no campo. A ruptura com as tradicionais visões fragmentadas do processo de produção de conhecimento, com a disciplinarização da complexa realidade socioeconômica do meio rural na atualidade, é um dos desafios postos à Educação do Campo.

Na LEdoC a formação por área do conhecimento, em especial CIEMA, habilita o futuro educador para atuar com conteúdos específicos das disciplinas: química, física, matemática e biologia, possibilitando a abordagem de forma interdisciplinar dos conteúdos, articulando-os com a realidade. Dessa forma, este estudo vai além das disciplinas colocando como a articulação do ensino das ciências com as possibilidades de incorporar as novas tecnologias da informação e comunicação, em especial computador e Internet como afirmam os autores:

O Ensino de Ciências permite o uso de uma variedade de linguagens e recursos didáticos, desde os tradicionais, tais como textos, aulas expositivas, tabelas, gráficos, desenhos, fotos; e os modernos como os vídeos, câmeras, computadores e outros equipamentos que não são apenas meios, mas, produtos da Ciência e da Tecnologia. O uso destes recursos possibilitaria que alunos e professores dominassem esses aparatos metodológicos, compreendessem sua finalidade e discorressem sobre a importância destes para o homem e para a sociedade. (SILVA e SANTOS, 2009, p. 3).

Para Silva e Santos (2009) é evidente a presença da ciência e tecnologia permeando nossa vida, interferindo no processo social, cultural e educativo seja com aspectos positivos ou negativos. Pois, de um lado, temos o homem comum, aquele que constitui a maioria da população que ainda não tem acesso às tecnologias e quando tem não reflete sobre seu uso. Do outro, temos pessoas escolarizadas que praticamente cresceram acompanhando toda essa evolução tecnológica. Marc Prensky (2011) conceitua imigrantes e nativos digitais; para ele os imigrantes digitais

são os que chegaram à tecnologia digital mais tarde na vida e, por isso, precisaram se adaptar enfrentando muitas dificuldades em deixar antigos métodos para trás. Exemplos disso são Imprimir e-mails ao invés de trabalhá-los online, ou não usar a Internet como primeira fonte de informação. A distinção é mais cultural e de atitude. Os nativos digitais cresceram com a tecnologia digital e usaram isso brincando, por isso não têm medo dela, a vêem como uma aliada do cotidiano, e, em muitos casos, se tornam extremamente dependentes dela.

Muitos professores das escolas do campo não têm acesso às tecnologias nem mesmo fora do ambiente escolar, outros possuem apenas a formação do ensino médio, não tendo oportunidades de ampliação da formação para produção de conhecimentos acadêmicos.

Moran (2004) ainda afirma que muitos professores têm dificuldades em saber relacionar, em criar conexões, em integrar o cotidiano com o conteúdo didático, em fazer a ponte entre a experiência dos alunos e o tema da aula. Como podem ensinar se não sabem aprender? São muitos os professores que não gostam de ler, que leem apenas por obrigação. Que não se atualizam, que não leem poesia, literatura. Que se alimentam apenas dos programas da TV aberta, das telenovelas, e dos telejornais sensacionalistas.

3. COMPUTADOR, INTERNET E TRABALHO PEDAGÓGICO

3.1. O uso do Computador e da Internet na Educação

(PERREUNOUD, 2009 apud, ANDRADE 2011,), afirma que nos dias atuais, com o avanço tecnológico, qualquer pessoa deveria saber manipular um computador, porém essa não é a realidade. A maioria dos atuais professores estudou em uma época em que a informática não fazia parte do dia-a-dia. A Tecnologia e conhecimentos articulados nos permitem a produção de novos conhecimentos que nos possibilitam a compreensão das problemáticas, tornando possível a busca por alternativas para a transformação do cotidiano e a construção da cidadania. O que reafirma Tozoni-Reis (s.d), quando define o conhecimento como uma forma sistematizada da teoria articulada à prática para compreender o mundo e é um instrumento para o entendimento das relações do meio social em todas as suas dimensões.

Pensar no computador e na Internet como instrumentos para produções de conhecimentos é também pensar possibilidades de desenvolvimento que vão para além da sala de aula, porém, é necessário que o educador tenha objetivos para serem alcançados, e que o uso do computador na educação não se torne apenas mais um método mecânico de ensinar.

O potencial pedagógico do computador ganha dimensões totalmente diferentes Segundo essa visão, ele será introduzido na educação exatamente para promover aqueles objetivos educacionais que todos os educadores gostariam de saber promover, mas que, como já está provado, dificilmente pode desenvolver nos alunos dentro do contexto do ensino formal tradicional. O importante é colocar o computador a serviço dos objetivos que todos nós, como educadores e pais, gostariam de ver concretizados: **objetivos fixados por quem educa, não pelo computador**. Muitas pessoas são relativamente céticas acerca do potencial educacional do computador, porque pensam em sua única função pedagógica seria a de ajudar o professor a ensinar os conteúdos tradicionais do currículo: Matemática, Física, Biologia, etc. Ele pode e deve ser utilizada primariamente como a excelente ferramenta de aprendizagem que é (e não como uma mera máquina de ensinar), ferramenta essa que pode ser de inestimável valia para ajudar a criança no seu desenvolvimento intelectual. Isso não significa que todas as crianças devam escolher uma carreira em programação ou em computação. Significa que o aprendizado de programação tem características que o tornam valioso, não só para a tarefa de programação propriamente dita, mas para o desenvolvimento intelectual e cognitivo da criança. (CHAVES, 1988, p. 13).

No entanto, para que as transformações e as melhorias aconteçam por meio do uso do computador e da Internet é preciso fazer com que as políticas públicas possam chegar até os setores mais necessitados, principalmente, até as comunidades do campo e isso depende de vários setores da nossa sociedade e os movimentos de luta devem estar organizados para pressionarem os órgãos responsáveis para que as políticas públicas sejam de fato implementadas na prática e assistidas para que não se tornem apenas mais um projeto fracassado.

Diante desse fato, é necessário observar que, mesmo em países com tradição centralizadora e estatista, como o Brasil, projetos ou políticas nacionais de informática na educação não surtirão os efeitos desejados se não contarem com o apoio dos vários agentes da área educacional, como o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais, os professores e suas organizações profissionais, os alunos e seus pais, e os vários grupos de pressão interessados na educação, desde grupos religiosos até grupos políticos. (CHAVES, 1998, p. 13).

Chaves, ainda reforça que as comunidades também precisam ser educadas para que possam estar preparadas para compreender e acompanhar as transformações sociais e culturais que poderão ocorrer por meio da inclusão digital e a educação tem um papel fundamental a desempenhar.

A oportunidade de introduzir na educação instrumentos tecnológicos, em especial o computador e Internet, que possibilitem ao educador praticidade na elaboração do seu planejamento de forma interdisciplinar e dinamização das aulas, proporciona ao educando um melhor aproveitamento na aprendizagem do conteúdo, além de despertar o interesse dos mesmos para as aulas e o estudo não se limita apenas com recursos precários disponíveis em sala de aula. No entanto, a escola não poderá atribuir ao computador e Internet o papel da formação de consciência crítica dos educandos, pois, mesmo com todos os possíveis recursos tecnológicos é ela, a escola, quem tem o papel de formadora. E o educador por sua vez deve estar aberto para descobrir outras formas metodológicas e principalmente tem que autoavaliar-se fazendo uma reflexão crítica de suas próprias ações.

A escola tem o papel fundamental de formar cidadãos conscientes, por isso é imprescindível que os professores acompanhem as mudanças com uma formação continuada para auxiliá-lo no desenvolvimento profissional fazendo-o adquirir reflexão crítica, permitindo avaliar a qualidade do seu ensino (PERREUNOUD, 2009 apud, ANDRADE, 2011,).

3.2. A formação do professor para educação mediada por computador

Para Coppola e Ramos (2008/2009), os recursos tecnológicos, enquanto instrumentos para auxiliar no trabalho pedagógico podem oferecer muitas alternativas de inovação na perspectiva de uma nova postura em sala de aula. Neste aspecto entende-se que os professores são sujeitos dos saberes e mediadores de toda ação pedagógica que ocorre no interior da escola. Por esta razão, é necessário que se apropriem dessas novas ferramentas, não apenas para motivar os alunos, mas para compreender o processo ativo e dinâmico que ocorre nessa interação entre o homem e a máquina.

Nesse sentido, é necessário pensar em uma ação mais ampla que engloba principalmente a formação docente para uso adequado do computador e Internet para auxiliar o trabalho pedagógico dentro e fora da sala de aula.

A incorporação das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas implica em novas práticas docentes, as quais necessitam processos de formação e acompanhamento que garantam sua adequada integração durante a formação profissional dos docentes e se transforme em mais um apoio aos constantes esforços por alcançar a qualidade educativa. Na formação dos futuros docentes é fundamental que estejam presentes discussões sobre o uso das TIC como meio fundamental para o desenvolvimento de habilidades e capacidades que demanda a sociedade atual, as que serão difíceis de obter exclusivamente através de um ensino tradicional. (OLIVEIRA FILHO, s.d, p.11)

Oliveira Filho (s.d), ainda afirma que “a maioria das escolas nos dias de hoje ainda mantém seu ensino na oralidade e o uso da tecnologia ‘giz’ e quadro negro por professores, com alunos sendo meros ouvintes”. Isso muitas vezes decorre do descaso do estado com a educação e a democratização do uso de tecnologias da informação e comunicação nas escolas, pois esse processo não está dentro das efetivas políticas públicas que passam da teoria para a prática.

O educador pelas suas funções e grandes responsabilidades deveria ser mais valorizado, no entanto o que se vê na realidade brasileira são descaso e desrespeito com esse fundamental sujeito, que desempenha um importante papel para a sociedade. Dentro do caos que é a educação brasileira a responsabilidade é relativamente atribuída ao professor, desse modo, para a sociedade o professor está

diretamente relacionado com a qualidade da educação, mesmo sem as mínimas condições de trabalho, como ocorre em muitos casos.

Para Moran (2009), o professor precisa desenvolver-se, preparar-se para atuar de modo satisfatório, quando afirma que:

O que todos esperam de um professor em primeiro lugar, que seja competente na sua especialidade, que conheça a matéria, que esteja atualizado. Em segundo lugar, que saiba comunicar-se com os seus alunos, motivá-los, explicar o conteúdo, manter o grupo atento, entrosado, cooperativo, produtivo. Muitos se satisfazem em ser competentes no conteúdo de ensino, em dominar determinada área de conhecimento e em aprimorar-se nas técnicas de comunicação desse conteúdo. São os professores bem preparados, que prestam um serviço importante socialmente em troca de uma remuneração, em geral, mais baixa do que alta. (MORAN 2009, p. 05).

De modo geral, a formação continuada de professores é de fundamental importância, não apenas para apropriação do conhecimento técnico com relação à Inclusão digital, que é o nome dado ao processo de democratização do acesso às tecnologias da Informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. Um incluído digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails, mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida. Mas é preciso que o educador esteja disposto a conhecer novas formas de aprender e ensinar, que possibilitem repensar sua própria prática dentro da sala de aula, levando-o a buscar alternativas que se transformem em ações que contribuirão também na formação de seus educandos.

3.3. A utilização de computador e Internet por escolas do campo

Pensar na introdução das tecnologias, em especial computador e Internet na realidade das escolas do campo é um grande desafio, pois essas áreas não estão dentro das políticas públicas de interesse do estado ou são muito pouco contempladas. Assim, grande parte das escolas localizadas no campo encontram-se, em situação de abandono por parte dos Poder Público. Essas escolas necessitam primeiramente de investimentos para melhoria da própria estrutura, pois os educandos, muitas vezes, são acomodados em espaços improvisados. Os investimentos deverão ter como objetivo o desenvolvimento da comunidade onde a escola está inserida e o computador e a Internet devem contribuir para que a

comunidade tenha possibilidades de buscar informações que ajudem na sua produção, na construção de conhecimento e na formação política.

A escola do campo, na maioria dos casos, ainda prescinde do uso do computador e da Internet por diversos fatores: falta de equipamentos e conectividade, ausência de formação dos docentes para utilização desta tecnologia, descaso dos governos em relação às escolas do campo por acharem que no campo não seja necessária a utilização de redes digitais, caindo no debate simplista de que as escolinhas rurais não precisam disto, enfim, é preciso fazer um casamento dos saberes locais com os saberes globais. É preciso dotar de oportunidades de conhecimento de mundo e de desenvolvimento as comunidades camponesas, pois o ciberespaço pode ser este espaço de interlocução, trazendo aos sujeitos do campo informações que auxiliem na melhoria da produção agrícola familiar. É necessário pensarmos em estratégias que promovam este desenvolvimento rural sem que os sujeitos do campo tenham que abandonar seu lócus de vivência, estudo e produção para ir a busca destes conhecimentos. O acesso às informações pela Internet pode melhorar a vida no campo, seu modo de trabalho, técnicas de plantio e cultivo autossustentáveis e ecologicamente corretas, além de trazer às práticas pedagógicas inovações que melhorem os processos educativos. (MOLINA et al, s/d, p. 08)

Por meio de sua pesquisa, Andrade (2011, apud, PERREUNOUD, 2009) comprovou que as tecnologias educacionais, computador e Internet são ferramentas positivas para auxiliar no processo de ensino aprendizagem e que a formação continuada do professor é fundamental para que ele esteja preparado para esse novo cenário. Mas não podemos atribuir ao computador e Internet a missão salvadora de transformar a realidade com relação a qualidade da educação no Brasil, pois sabemos que não são apenas tecnologias que o sistema educacional necessita. E também não podemos colocar os que têm acesso a essas tecnologias como os que tem informação, até mesmo porque conhecimentos não são limitados apenas em espaços escolares ou acadêmicos.

Para Ferreira e Castro,

Não se pode simplificar a discussão acerca da posse da informação pelas pessoas. Nem dividir a sociedade entre os que têm e os que não têm informação. Outro problema pertinente ao conceito de inclusão digital é a ligação desta com a ideia de divisão da sociedade em dois polos opostos. A questão não é simplesmente afirmar que uns têm informação e outros não. O que ocorre, todavia, é uma gradação pautada por diversos níveis de acesso e conhecimento referentes ao uso do computador e da Internet (2009, p.9).

Dessa forma, o questionamento que se torna necessário fazer não é apenas para a obtenção de resultados referentes à quais escolas possuem computador e Internet, o ideal é que se faça uma análise crítica partindo do pressuposto de como as escolas que possuem essas ferramentas as transformam em produção de conhecimentos articuladas com as práticas pedagógicas dos professores. É criticar também como essas tecnologias podem ser universalizadas de modo a contemplar as classes menos favorecidas da nossa sociedade, e por que as políticas públicas de inclusão digital não contemplam as escolas do campo.

4. PROINFO

O Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) foi lançado no Brasil no ano de 1996 com o intuito de atender todas as instituições públicas de ensino do país, por meio de uma articulação entre o Ministério da Educação, governos estaduais, governos municipais e a sociedade.

Inicialmente os principais objetivos propostos pelo programa eram: melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas, propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico e educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida. Para o alcance desses objetivos o Programa se concretizava a partir do envio, às escolas públicas federais, estaduais e municipais laboratórios de informática contendo.

PROINFO Rural:

- Solução multi-terminal – 1 CPU
- 5 monitores LCD
- 5 teclados
- 5 mouses
- 5 fones de ouvido
- 1 impressora jato de tinta
- Kit de segurança
- Garantia de 3 anos

PROINFO Urbano:

- Solução multiterminal com 9 CPU's
- 19 monitores de LCD
- 19 teclados
- 19 mouses
- 19 fones de ouvido
- 1 servidor multimídia
- 1 impressora laser
- 10 estabilizadores

- 1 roteador wireless
- Kit de segurança
- Garantia de 3 anos

As diferenças existentes na quantidade de equipamentos destinados ao campo e a zona urbana se justifica, pela estrutura e quantidade de alunos que as escolas recebem assim segundo o programa as escolas do campo recebem menor quantidade de alunos.

Mas após um período de implementação do projeto, mais precisamente em 2006, foram feitas avaliações e houve a necessidade de reformular os objetivos para que obtivesse um melhor resultado, dessa forma após a reformulação os objetivos foram os seguintes:

- Promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- Fomentar a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- Promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
- Contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
- Contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação;
- Fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

De acordo com Arruda e Raslan,

(...)a estas justificativas foram acrescidas o discurso de que “o conhecimento é a matéria-prima das economias modernas” e que “as alterações que a evolução tecnológica vem causando nas relações de trabalho, têm exigido um novo posicionamento da educação”, sendo necessário “preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento, apoiada num modelo digital explorado de forma interativa”. [...] E o lócus ideal para deflagrar um processo dessa

natureza é o sistema educacional (2006, p. 2 apud BRASIL, 1996, p. 6).

O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais e em contrapartida, estados e os municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

Nessa mesma perspectiva, foi lançado o PROINFO Integrado no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, do Ministério da Educação, visando criar condições necessárias para que o sistema educacional brasileiro possa superar suas fragilidades e eliminar suas deficiências, de modo que se possa cumprir o princípio constitucional de educação de qualidade para todos. No conjunto de ações propostas no PDE, o PROINFO Integrado expressa a convicção de que, na sociedade contemporânea, a inclusão digital é direito de todos os cidadãos, devendo ser levada em conta no processo educacional. Assim, o programa busca promover o uso pedagógico das TIC nas redes públicas de educação básica.

O PDE caracteriza-se como uma política de Estado para objetivar e enfrentar estruturalmente as desigualdades de oportunidades educacionais. O Programa Nacional de Formação em Tecnologias na Educação – PROINFO Integrado é a expressão do esforço de articulação e integração institucional de programas, projetos e ações da SEED/MEC (2008), em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

O objetivo do programa é que a partir do processo formativo se garantam:

- A inclusão digital de professores e gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral;
- A dinamização e a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, para melhorar a aprendizagem dos alunos, promovendo o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos.

Fiorentini et al (2008, p. 65) reforçam dizendo que:

o PROINFO Integrado não reduz o uso do computador a processos meramente operativos, embora reconheça que dominá-los é etapa necessária para a construção de esquemas mentais que facilitem seu uso. Nessa perspectiva, propõe e estimula o professor e o gestor escolar a refletirem sobre o porquê e o para quê utilizar essas tecnologias, oferecendo os instrumentos tecnológicos como meios

para desenvolver atividades significativas e refletir sobre diversos temas que fazem parte de sua prática docente.

Esperava-se que no período de dois anos, que correspondia entre 2008 a 2010, fossem formados, aproximadamente, 240 mil profissionais da educação no Brasil. No entanto, em se tratando do município de Planaltina de Goiás, o programa não atingiu nem mesmo o objetivo de levar as escolas os equipamentos propostos no projeto. Das 11 escolas pesquisadas apenas duas receberam laboratórios e nenhuma recebeu capacitação de profissionais para o uso pedagógico dos equipamentos.

Outro fator a ser levado em consideração é a luta que se deve fazer para que esses recursos se efetivem também no âmbito da realidade das escolas do campo, colocando de fato as tecnologias da informação e comunicação à disposição da população rural, da mesma forma em que são ofertados à população urbana, democratizando o direito à produção de conhecimentos. E dessa maneira quebrar a estrutura hegemônica de produção do conhecimento, como afirma Tornaghi quando diz que:

Qualquer iniciativa que vise melhorar a qualidade do ensino, buscando impactar o desenvolvimento da nação, deve eleger a escola como agente transformador. É o que afirmam diversos autores, entre eles Enguita [2004, p. 46], quando dizem que “(...) as nações não nascem, mas se fazem... O principal instrumento deste processo é a escola, que serve para estender à massa da população o que sem ela não seria nada mais do que cultura da elite, ou de uma elite...” (TORNAGHI, 2008, p. 6).

O mesmo autor ainda conclui que:

a escola, em cada local, deve assumir contornos próprios a partir do diálogo com a realidade em que está inserida. A autonomia da escola para construir o seu projeto político-pedagógico deve ser respeitada, estimulada e provocada... (TORNAGHI, 2008, p. 6).

Assim, o PROINFO deve se adequar a realidade a partir das especificidades de cada escola e cada comunidade e, estas têm autonomia para elaborar seu PPP, de acordo com a vivência dos seus educandos e a partir dos interesses da comunidade onde está inserida.

Nesse sentido, o PROINFO vem ampliando à área de abrangência, no propósito de universalizar a inclusão digital em todas as escolas públicas brasileiras, fornecendo equipamentos que contribuirão para o desenvolvimento de novas formas

de aprender e ensinar, integrando os educadores e educandos nessa grande evolução tecnológica ocorrida nos últimos 50 anos.

5. RESULTADOS E ANÁLISES

Discutir sobre o uso de TIC na educação é sempre bastante polêmico e traz posicionamentos sempre muito diversos. Apesar disso, pensamos ser necessário trazer à tona a necessidade de inserirmos novos instrumentos e metodologias que enriqueçam e melhorem a qualidade do trabalho pedagógico.

Este capítulo tem como objetivo analisar como o computador e Internet estão presentes na realidade das escolas do campo do município de Planaltina de Goiás, a partir de uma visão crítica das políticas públicas relacionadas à inclusão digital. Os dados analisados foram coletados através da aplicação individual de um questionário com questões semiestruturadas, abertas e fechadas com gestores de todas as escolas do campo de Planaltina de Goiás. Foram aplicados a 11 instituições de ensino fundamental do campo no município. Desse total apenas 04 escolas possuem gestão própria e as outras 07 são geridas pela secretaria municipal de educação.

Os dados foram coletados a partir da visita a cada escola, com apresentação da proposta do trabalho para os gestores e foram feitas entrevistas com questões estruturadas com os gestores de todas as escolas do campo do município de Planaltina de Goiás. Estas questões são diferenciadas e foram elaboradas a partir do interesse em conhecer a realidade das escolas que possuem e as que não possuem laboratórios de informática.

Nos debates é perceptível que, coincidentemente, o foco das discussões nas escolas que não possuem laboratórios tende a se parecer, mesmo que os motivos que impedem o acesso a essas políticas serem diferentes. Em certos momentos é perceptível a exposição das angústias dos gestores quando relacionam a qualidade do ensino com os recursos disponibilizados pelo estado. E, muitas vezes, esses depoimentos reafirmam o descaso do Estado com o desenvolvimento da educação no nosso país.

Durante este estudo percebeu-se que as questões levantadas como o computador/Internet e educação são temas que estão diretamente ligados à questão política, pois ainda há uma grande dependência das comunidades por políticas públicas do estado. E o descompromisso do mesmo para com essas comunidades

afeta também outros direitos sociais como saúde, infraestrutura e consequentemente a sustentabilidade das famílias.

De acordo com as informações obtidas por meio do questionário foi possível compreender que:

Algumas dessas instituições oferecem apenas o ensino básico em condições precárias, onde em alguns casos o espaço físico é improvisado pelas comunidades onde estão inseridas e algumas ainda nem possuem energia elétrica.

O município apesar de estar próximo de Brasília tem uma grande precariedade na prestação de serviços à população como saúde, educação, transporte público, infraestrutura e etc. A população rural é a mais afetada pela má qualidade desses serviços.

Das 11 escolas pesquisadas apenas 1 escola possui e está em funcionamento um laboratório com equipamentos provenientes do PROINFO e do Comitê para Democratização da Informática (CDI). Esses computadores são conectados à Internet, porém a conexão é muito lenta, de apenas 128 kbps, o que impossibilita alguns trabalhos, como baixar vídeos, jogos, programas educativos e etc. inviabilizando vários trabalhos pedagógicos. Assim, não trazemos gráficos representativos das respostas devido à falta de utilização de computadores com estudantes pelas demais escolas.

A utilização desses equipamentos se reduz a trabalhos referentes a apenas apresentação de slides com o auxílio do projetor, leitura de textos em diversos formatos, utilização de planilhas eletrônicas, enquetes de ambientes virtuais de aprendizagem e redes sociais (com dificuldade). O laboratório é bastante utilizado por pessoas da comunidade que estudam ou trabalham com cursos a distância.

Arruda e Raslan (2006 apud BRASIL, 1996) ressaltam que o conhecimento é a matéria-prima das economias modernas e que as alterações que a evolução tecnológica vem causando nas relações de trabalho têm exigido um novo posicionamento da educação, sendo necessário preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento, apoiada em um modelo digital explorado de forma interativa. [...] E o lócus ideal para deflagrar um processo dessa natureza é o sistema educacional. Entretanto, não é isto que se vê nas escolas do campo em Planaltina-GO. O que se vê são escolas com grande precariedade de recursos, e

grande necessidade de investimentos para que possam oferecer melhores condições de aprendizagem para seus educandos, assim como ter condições estruturais de receber as políticas de inclusão digital.

Do ponto de vista da educação como instrumento para transformação social, informatizar as escolas não surtirá nenhum efeito positivo se não tiver uma intencionalidade. Por essa razão, Ramos e Coppola (2008/2009) dizem que essas ferramentas não devem se limitar apenas à implantação e ao treinamento dos educadores como mais uma inovação tecnológica. É preciso ressignificar as práticas educativas, levando os professores à apropriação através de uma formação contínua a incorporação das ferramentas tecnológicas às concepções pedagógicas, que resulte em práticas educativas que promovam o saber em diversos campos, dentro do sistema educacional.

Essa evolução tecnológica que os autores colocam em debate para o sistema educacional só é possível se implementada de modo a promover o desenvolvimento das comunidades envolvidas, caso contrário, a aprendizagem pela interação com esses recursos apenas mascara as deficiências da educação brasileira.

É o que acontece na escola A, lá o PROINFO e CDI implementaram os laboratórios de informática na escola mas não deram mecanismos necessários para que estes venham a fazer parte da prática dos professores e estudantes para pesquisa e estudos de modo eficiente. Dessa forma a política pública se torna apenas um argumento político em períodos eleitorais. Mesmo com a estrutura de uma Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia o município não consegue oferecer condições para manter os poucos laboratórios de informática existentes nas escolas do campo.

O gestor escolar dessa mesma instituição de ensino menciona que “o computador e a Internet é uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento e faz a inserção no mundo virtual”. E essa inserção abre outras possibilidades, como afirma Moran (2007), quando diz que o computador e a Internet são ferramentas que favorecem a construção coletiva, o trabalho conjunto entre educadores e educandos física ou virtualmente, onde se pode participar de uma pesquisa em tempo real, de um projeto entre vários grupos e de uma investigação sobre um problema da atualidade. Nessa perspectiva, Ramos e Coppola (2008/2009) afirmam que é

evidente que uma formação em tecnologias deverá proporcionar ao professor a análise do computador e da Internet ligadas à sua experiência e ao domínio de conteúdos em estratégias que lhe permita avaliar o impacto das tecnologias na sociedade, a conveniência de seu uso e a prática pedagógica que irá fundamentar sua inserção na escola e em sua ação docente.

Outro potencial refere-se à velocidade com que as informações são passadas, isso, de certa forma, contribui na difusão do conhecimento permitindo a análise crítica sobre os diversos acontecimentos, podendo, dessa forma, ajudar em mobilizações sociais.

Por outro lado, temos a escola B, que também possui um laboratório de informática do PROINFO, entretanto, encontra-se desativado por falta de manutenção das máquinas e pela falta de profissionais capacitados para promover o uso pedagógico desses recursos. É imprescindível ter, além da implantação, políticas para manutenção dos laboratórios, pois, de que adianta dizer que a escola possuir um laboratório se o mesmo não tem o que contribuir com o crescimento dos educadores e educandos e comunidade escolar em geral? A falta de manutenção dos equipamentos e de profissionais capacitados para auxiliar nas atividades usando o computador e a Internet são os pontos onde as políticas de inclusão digital deixam mais a desejar.

Todos os gestores entrevistados reconhecem o potencial do computador na educação, porém criticam a forma como essa política pública é implantada ou, até mesmo, como algumas escolas estão praticamente esquecidas com relação a acesso aos recursos tecnológicos. Trata-se, pois, de um município com onze escolas do campo, onde apenas duas possuem precários laboratórios enquanto as outras nove escolas não possuem ou existe apenas um computador para serviços administrativos. Para o gestor da escola C as políticas públicas, de forma geral, são “a mesma coisa de querer encher um copo com água, mas não ter o copo”, ou seja, como pensar em implantar um laboratório de informática em uma escola se a mesma não tem espaço nem mesmo para desafogar as superlotadas salas de aula. O mesmo diz, ainda, que “não adianta política pública sem estrutura para ser implantada”. Para Moran (2004) a educação como um todo precisa de mudanças estruturais. A inadequação é de tal ordem que não bastam aperfeiçoamentos, ajustes, remendos.

Apesar da grande evolução no processo de inovação tecnológica que o mundo vem passando, muitas escolas ainda estão com recursos do século passado e isso não tem chamado a atenção dos estudantes, é o que o gestor da escola B deixa evidente quando diz que o computador e a Internet fazem grande diferença no trabalho pedagógico, pois, “estamos vivendo a era digital. O aluno faz uso de várias tecnologias e a escola esta parada no tempo com recursos velhos e ultrapassados. Isso não prende a atenção de aluno nenhum”. É pertinente dizer que nos dias atuais a juventude está cada vez mais envolvida no mundo tecnológico e a escola é o único lugar que não lhes oferece nenhum tipo de contato com esses recursos. Dessa forma, para muitos educandos, estar na escola é apenas um passatempo ou uma obrigação imposta pelos pais.

Outro ponto a se destacar é a importância de uma formação diferenciada dos educadores e estes possam contribuir para que a escola cumpra sua função social, o que para Andrade (2011 apud PERRENOUD, 2009) é formar cidadãos conscientes. Por essa razão, é imprescindível que os professores acompanhem as mudanças com uma formação continuada para auxiliá-los no desenvolvimento profissional proporcionando-lhes reflexão crítica e permitindo-lhes avaliar a qualidade do seu ensino.

Assim, os objetivos propostos pelo PROINFO não foram atingidos no município de Planaltina-GO por ser um programa que, embora fosse implantado em duas das onze escolas do campo do município, ainda não foi promovida a inclusão digital da comunidade, pois, os laboratórios carecem de investimentos que garantam sua funcionalidade. E também não vem auxiliando na produção de conhecimentos a partir de novas possibilidades, porque é uma política pouco difundida e mal estruturada. É preciso, de fato, que a educação no nosso país esteja dentro das prioridades e que, na prática, contribua para a transformação social.

CONCLUSÕES

Por meio de todo o processo de construção dessa pesquisa foi possível compreender que criar e implementar políticas públicas de inclusão digital no Brasil é um grande desafio pois, não há interesse das autoridades competentes em propiciar à população, principalmente, à do campo, acesso a essas inovações tecnológicas.

Então, conclui-se que os programas sociais de inclusão digital não atingem seus objetivos por estarem desvinculados das propostas de melhorias educacionais, por serem implantados de cima para baixo, sem considerar as especificidades de cada localidade, bem como os sujeitos envolvidos, e sem analisar os impactos que causarão no meio social, sejam eles positivos ou negativos.

Também é possível concluir, a partir da pesquisa realizada, que os principais elementos que dificultam ou impedem o uso do computador em processos educativos nas escolas do campo de Planaltina-GO são:

- Escolas sem gestão própria, o que gera deficiências pela falta de articuladores pedagógicos e institucionais que possam dinamizar os processos educativos e pedagógicos;
- Ausência ou deficiência de políticas públicas de inclusão digital para os povos do campo;
- Falta de formação docente para uso do computador e Internet nos processos educativos;
- Desconhecimento, por parte dos gestores, de projetos e programas do Governo Federal que possam beneficiar as escolas do campo;
- Precariedade das escolas do campo em termos de infraestrutura, de comunicação e de inovação nos materiais didático-pedagógico;
- Carência de profissionais capacitados para realizar a manutenção das máquinas e do laboratório de informática.

As escolas do campo do município carecem ainda de investimentos para melhoria na própria estrutura física. Tem que ser pensado uma reforma no sistema educacional em todas as suas dimensões, não se pode colocar o laboratório como

modernização da escola enquanto professores e estudantes não têm condições mínimas de trabalho. É preciso que as políticas públicas sejam repensadas e implantadas de acordo com a realidade de cada escola.

As escolas do campo estão abandonadas e o Poder Público não se interessa em conhecer a realidade dessas. E são tantas as dificuldades que educadores e gestores enfrentam um trabalho em instituições com uma infraestrutura de má qualidade, com salas superlotadas, sem recursos didáticos e com baixos salários. É preciso que as políticas sejam implementadas como possibilidades de desenvolvimento tanto do processo de ensino aprendizagem como da comunidade onde a escola está inserida e não como necessidade.

As políticas de inclusão digital, assim como várias outras implantadas no nosso país são pensadas como um meio para iludir a população e disfarçar as desigualdades existentes na nossa sociedade. E dessa forma são ações isoladas e mal estruturadas e vêm como ações paliativas para tentar cobrir as deficiências do sistema educacional brasileiro. Se analisarmos as condições e incentivos para os educadores continuarem o processo de formação continuada, chegamos à conclusão de que não há investimentos que garantam essa formação ficando a cargo do educador procurar se qualificar mesmo com as dificuldades enfrentadas.

É fundamental pensar em políticas públicas, que possa transformar-se em ações concretas, assistidas e de acordo com cada realidade, que possam gerar experiências capazes de auxiliarem na produção de referenciais teóricos que contribuam e abram outras possibilidades que visem o aperfeiçoamento de técnicas e difusão do conhecimento.

É relevante ressaltar que o processo de orientação na construção deste trabalho ocorreu exclusivamente através do uso do computador e internet, reforçando a importância desses recursos articulados aos processos educativos que podem complementar as aulas presenciais.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *Usos e abusos dos estudos de caso*. Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.
- ARRUDA, Elcia Esnarriaga de. RASLAN, Valdinéia Garcia da Silva. A implementação do programa nacional de informática na educação (PROINFO), no Brasil e no estado de mato grosso do sul, no período de 1997 A 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/03trab-gt-gt2.htm Acesso em abril/2013.
- AZEVEDO, Fernando de. A educação e seus problemas. 4. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASÍLIA, Secad/MEC. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Cadernos Secad, Nº 2, Brasília, DF, março de 2007.
- CASTRO, Wanessa de. Pedagogia de projetos como estratégia para a formação de professores para uso do computador na educação, Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- CHAVES, O. Eduardo. O Uso de Computadores em Escolas. Disponível em <http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/scipione.htm> Acesso em maio/2013.
- CHAVES, O. Eduardo. O Uso de Computadores Escolas: fundamentos e críticas. 1998.
- CRESWELL, W.John, Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo e Quantitativo, Tradução: Luciana de Oliveira Rocha, 2 ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de pesquisa 115, p. 139-154, março\2012.
- FERREIRA, Márcio; CASTRO, Wanessa de. Desafios da inclusão digital na formação docente da educação do campo, tecnologias, mídias e educação. *Anais do V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade*. São Cristóvão- SE, Brasil 21 a 23 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/> Acesso em: março/2013.
- FIORENTINI, L. M. R. (org.); MEDEIROS, Simone; SALGADO, Umbelina Caiafa Introdução à Educação Digital. *Educação digital e tecnologias da informação e da comunicação*. Brasília: Ano XVIII- boletim 18, setembro\outubro de 2008 p. 59.
- FREITAS, Helana Célia de. Rumos da educação do campo. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza Martins. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MEC/SEED – *PROINFO Integrado*, 2008.
- MOLINA, Mônica; MOURÃO, Laís; FERREIRA, Márcio; CASTRO, Wanessa de. Formação de Educadores do Campo. *Licenciatura em Educação do Campo da*

Universidade de Brasília: os desafios da formação de educadores do campo para uso das tecnologias na educação. Disponível em http://www.academia.edu/1604982/LICENCIATURA_EM_EDUCACAO_DO_CAMPO_DA_UNIVERSIDADE_DE_BRASILIA_OS_DESAFIOS_DA_FORMACAO_DE_EDUCADORES_DO_CAMPO_PARA_USO_DAS_TECNOLOGIAS_NA_EDUCACAO Acesso em abril/2013.

MORAN, José Manoel. *A educação está mudando radicalmente, publicado no livro A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.* p.13-27. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/mudando.htm>. Acesso em março/2013.

MORAN, José Manoel. Formação de educadores inovadores para uma nova escola. In: MORAN, José Manoel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.* 2ª Ed. Campinas: Papirus, 2007.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica e Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias.* 16º Ed. Campinas, Papirus, 2009.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias. In: *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.* 16ª ed. Campinas: Papirus, 2009, p.11-65. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/uber.htm>. Acesso em março/2013.

MORAN, José Manuel. *Conhecimento local e conhecimento universal: Diversidade, mídias e tecnologias na educação.* Vol. 2, Curitiba, Champagnat, 2004, páginas 245-253. Disponível em: <jmmoran@usp.br> Acesso em junho/2013.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em Administração.* São Paulo, V. 1, Nº 3, 2º sem/1996.

NOAL, Mirian Lange. *Educação do campo, escolas práticas pedagógicas e tecnologia.* CPC3, educação escolar do campo, Sd.

OLIVEIRA FILHO, Vicente Henrique de. As novas tecnologias e a mediação do processo de ensino-aprendizagem na escola, Sd.

PDA, *Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Itaúna*, INCRA, 2008.

PRENSKY, Marc. *Nativos e imigrantes digitais de on the horizon* (MCB universit press), vol. 9 No 5, outubro de 2011.

RAMOS, Marli; COPPOLLA, Ciriaco Neusa. *O uso do computador e da Internet como ferramentas pedagógicas,* 2008\2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2551-8.pdf?PHPSESSID=2010012508181580> Acesso em: fevereiro/2013.

SILVA, Rosa Eulália Vidal da; SANTOS, Elizabeth da Conceição. Informática na educação e o ensino de ciências naturais: contribuições para a educação ambiental no contexto amazônico. *Anais do VII Encontro Nacional de pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)*, Florianópolis, 08 de novembro de 2009.

TORNAGHI, Alberto. *Educação digital e tecnologias da informação e da comunicação.* Ano XVIII- boletim 18, p. 3 a 40, setembro/outubro de 2008. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173815Edu-digital.pdf> Acesso em março/2013.

UnB, LEdoC PPP. *Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em educação do campo*. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.fup.unb.br/images/stories/media/Ensino/ppp%20ledoc.pdf> Acesso em: janeiro/2013.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA:

QUESTÕES DE IDENTIFICAÇÃO:

- P1. Escola: _____
- P2. Nome: _____
- P3. Cargo na Escola: _____
- P4. Tempo de profissão: _____
- P5. Qual seu grau de formação?
- a. Ensino Fundamental ()
 - b. Ensino médio ()
 - c. Superior incompleto () Qual é sua área de formação?

 - d. Superior completo () Qual é sua área de formação?

 - e. Pós-graduação (especialização) () Qual a área? _____
 - f. Mestrado () Qual a área? _____
 - g. Doutorado () Qual a área? _____

QUESTÕES DIVERSAS:

- P6. A escola em que atua tem laboratório de informática? I. Sim () II. Não ()
- a. Se si, qual a procedência?
 - i. () PROINFO
 - ii. () CASAS DIGITAIS
 - iii. () TELECENTROS_BR
 - iv. () OUTRA. Qual? _____
- P7. O laboratório está em funcionamento? I. Sim () II. Não ()
- a. Se sim, o laboratório é utilizado pelos professores e estudantes?
 - I. Sim () II. Não ()
 - b. Se não, qual o motivo da não utilização? _____
-

P8. Se não, existem outros computadores na escola que p[oss]em ser utilizados no trabalho pedag[og]ico? I. Sim () II. N[ã]o ()

a. Se sim, quantos? _____

b. S[ã]o utilizados para auxiliar nas aulas? I. Sim () II. N[ã]o ()

Justifique sua resposta:

P9. Os computadores dispon[iv]eis para serem utilizados para professores e estudantes (se existirem) s[ã]o conectados à Internet? I. Sim () II. N[ã]o ()

a. Se n[ã]o, por que raz[ã]o?

P10. Quais as principais formas de utiliza[ç]o do computador pelos professores em sala de aula com os estudantes? (Pode marcar mais de uma op[ç]o):

- a. () Apresenta[ç]o de slides com aux[il]io de projetor;
- b. () Demonstra[ç]o de simula[ç]o[es];
- c. () Apresenta[ç]o de v[ide]os;
- d. () Leitura de textos em diversos formatos;
- e. () Utiliza[ç]o de planilhas eletr[on]icas;
- f. () Pesquisas e utiliza[ç]o de sites diversos;
- g. () Jogos;
- h. () Blogs;
- i. () Redes sociais. Quais? _____;
- j. () Enquetes;
- k. () Webquests;
- l. () Ambientes virtuais de aprendizagem;
- m. () Constru[ç]o de projetos;
- n. Outras? Quais?

P11. Em sua opini[ã]o, voc[ê] acredita que o computador fa[ça] alguma diferen[ça] no trabalho pedag[og]ico? I. Sim () II. N[ã]o () Justifique sua resposta:

P12. Que impactos/resultados você acredita que já foram alcançados até hoje com a utilização (ou não) de computadores no trabalho pedagógico em sua escola?

P13. Você conhece o documento base do PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional (antes chamado Programa Nacional de Informática na Educação)? I. Sim () II. Não () Justifique sua resposta:

P14. Você acredita que os objetivos iniciais do PROINFO têm sido cumpridos?¹

I. Sim () II. Não () Justifique sua resposta:

P15. A concepção inicial do Programa foi orientada por alguns princípios. Marque **Sim** para aqueles que você acredita que foram obedecidos corretamente na região em que está situada sua escola e **Não** para os que não aconteceram na prática:

- a. I. Sim () II. Não () articulação entre os diferentes níveis de governo, com a formulação de diretrizes através do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED e operacionalização dos projetos pelos governos estaduais;

¹ São objetivos organizacionais estratégicos do ProInfo:

- I) melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- II) possibilitar a criação de uma ecologia cognitiva nos ambientes escolares, mediante incorporação adequada das novas tecnologias de informação nas escolas;
- III) propiciar uma educação voltada para o progresso científico e tecnológico; preparar o aluno para o exercício da cidadania numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.

- b. I. Sim () II. Não () adesão dos Estados e Escolas envolvidos, mediante compromissos explicitados nos Planos Estaduais de Informática na Educação e nos projetos de aplicação pedagógica da tecnologia de cada escola beneficiada, que também assume a responsabilidade pela preparação das instalações físicas e pela capacitação de professores;
- c. I. Sim () II. Não () descentralização da execução, a cargo dos Estados, com o apoio da Coordenação Estadual do ProInfo e do sistema de Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE;
- d. I. Sim () II. Não () parceria, incentivando-se a mobilização da cooperação da comunidade, de instituições de ensino, como universidades e escolas técnicas, de fabricantes e fornecedores de hardware, produtores e editores de softwares educativos e operadores de telecomunicações, de empresas públicas e privadas;
- e. I. Sim () II. Não () transparência, pelo intenso debate das diretrizes do Programa e pela ampla divulgação dos seus objetivos e metas (textos e estudos, folders, página da Internet, entre outros recursos de divulgação);
- f. I. Sim () II. Não () planejamento integrado, procurando antecipar todos os requisitos considerados essenciais para o sucesso do projeto, compreendendo infraestrutura física e tecnológica, capacitação, apoio pedagógico e suporte técnico.

P16. Utilize este espaço para complementar com informações que, para você, não foram contempladas neste questionário. Também podem ser feitos comentários, críticas, sugestões, etc.

Muito obrigado!